
Trabalho e Desigualdade Racial no Brasil¹

Elizabeth Borelli²

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RESUMO

Em que pese as políticas públicas afirmativas recentes, assim como a igualdade formalmente estabelecida pela Constituição Federal de 1988, a sociedade brasileira ainda não atingiu o estágio de uma democracia racial. Neste texto, o racismo estrutural é colocado como um elemento determinante do quadro de discriminação e exclusão dos negros no mercado de trabalho brasileiro. A compreensão desse quadro de desigualdade requer uma análise dos fatores históricos que estruturaram a formação da sociedade brasileira e que resultaram na construção de uma cultura marcada pelo racismo, presente na base de sua organização e na construção de seus valores culturais, com a dimensão étnico-racial associada aos aspectos sociais, econômicos, políticos e ideológicos.

PALAVRAS-CHAVE: desigualdade racial; racismo estrutural; meios de produção; trabalho; crise sanitária.

INTRODUÇÃO

O processo escravista no Brasil deixou como legado a institucionalização do racismo, com impacto em diversas áreas, entre elas, o mercado de trabalho, com diferenças salariais entre brancos e negros, influenciando diretamente a composição de renda da população negra, sujeita a uma maior vulnerabilidade social.

Os efeitos desastrosos da crise sanitária provocada pela pandemia associada ao novo coronavírus, além do profundo abalo nas áreas da saúde, com a ocorrência de milhares de óbitos, impactaram fortemente o cenário econômico, com graves implicações sobre o mercado de trabalho, registrando um aumento do número de desempregados em níveis alarmantes.

O problema que se coloca neste texto é: nesse cenário, acentuou-se o aumento da desigualdade no mercado de trabalho entre brancos e negros? Para essa investigação, foi elaborada uma pesquisa descritiva, baseada em levantamento bibliográfico acerca da

¹ Trabalho apresentado no 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, na Universidade Federal da Paraíba - UFPB (João Pessoa/PB).

² Professora Doutora da Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais da PUC-SP.

literatura sobre a questão racial, abrangendo o racismo estrutural e a divisão racial do trabalho no Brasil, dentro de uma perspectiva crítica, para a análise qualitativa; e documental, visando à obtenção de dados secundários apresentados por órgãos oficiais de pesquisa, para a análise quantitativa, a partir das categorias centrais da problemática em foco, visando apresentar a diferenciação entre brancos e negros no mercado de trabalho.

1. RAÍZES DO RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL

Uma análise da questão da desigualdade racial no Brasil passa, necessariamente, pela análise das raízes históricas acerca da origem do racismo no país, bem como de que forma os modos de produção praticados atuaram como estrutura de opressão, por meio de um processo de colonização, no qual o escravismo promoveu o mecanismo de exclusão social.

Racismo estrutural é um conjunto de práticas discriminatórias no âmbito de uma sociedade que privilegia algumas raças em detrimento de outras. Sociedades estruturadas com base no racismo favorecem indivíduos brancos e desfavorecem negros e indígenas.

Para Prado Júnior (2011), o racismo estrutural reside no fato de que o capitalismo brasileiro teve na escravização uma forma específica de matriz histórica, em que o racismo se manifesta nas mais diversas relações, de ordem social, econômica, política e cultural.

Sodré (1990) aborda a formação do capitalismo no Brasil compreendendo os modos de produção, a estrutura colonial, o mercado de trabalho; considera que a categoria “modo de produção” se constitui em base de análise sobre a formação do capitalismo no Brasil.

Assim, a origem do racismo nas relações sociais do país ocorre com o processo de colonização do Brasil por Portugal, com o regime de escravidão e o estabelecimento de hierarquia entre raças e etnias.

Para a conceituação de racismo, Almeida (2018) utiliza a categoria de discriminação racial, que se refere aos diferentes modos de tratamentos de pessoas pertencentes a grupos raciais específicos. A prática da discriminação racial é fundamentada nas relações de poder que determinados grupos detêm, usufruindo das vantagens que a categoria racial oferece. O racismo é efetivado por meio da discriminação

racial estruturada, constituindo-se no processo pelo qual as circunstâncias de privilégios se difundem entre os grupos raciais e se manifestam pelos espaços econômicos, políticos e institucionais.

O sistema escravocrata se constituiu na principal fonte de geração de renda no período colonial, caracterizado pela transição do sistema de circulação de valores de uso para a organização comercial, com a produção de mercadorias, com vistas a sua ampliação, que culminou no modo capitalista de produção (Mazzeo, 2015).

Para Coutinho (2000), o objetivo central do colonialismo, na época do predomínio do capital mercantil, consistia em extorquir valores de uso produzidos pelas economias dos povos colonizados, com a finalidade de transformá-los em valores de troca no mercado internacional. Em sua visão, o período colonial se baseou num modo de produção pré-capitalista, sendo que o escravismo marcou a formação econômica e social da época.

A outorga da Lei Áurea, em 1888, formalizando a abolição da escravidão, atendeu aos interesses econômicos internacionais da época, em resposta ao processo nascente de industrialização, com o surgimento de novas necessidades do capital, que, exigindo novas capacitações para o trabalho, inviabiliza o trabalho escravo. Nessa perspectiva, o capital passou a requerer a generalização do trabalho livre como forma de ampliação de suas taxas de lucro (Ianni, 1972).

Dessa forma, o trabalho escravo, núcleo do sistema produtivo do Brasil Colônia, vai sendo gradativamente substituído pelo trabalho livre, de forma excludente. Mecanismos legais, como a Lei da Abolição, de 1888, e mesmo o processo de estímulo à imigração, forjaram um cenário no qual a força de trabalho negra passa a uma condição de excedente, sobrevivendo, em sua maioria, dos pequenos serviços ou da agricultura de subsistência (Theodoro, 2008).

Nessa circunstância, a população negra se viu desprotegida socialmente, sem acesso à moradia, à educação e ao trabalho remunerado. O advento dessa nova realidade resultou na inserção massiva da população negra na linha de pobreza e exercendo as ocupações mais precarizadas no mercado de trabalho – realidade esta que se estende até o século XXI, por meio da persistente desigualdade racial.

2. ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS BÁSICOS DO MERCADO DE TRABALHO

Medidas de combate às desigualdades sociais no Brasil têm se constituído em objeto de análises e estudos por parte de órgãos formuladores de políticas públicas, com destaque para as formas de manifestação de desigualdades raciais, dada a importância dos aspectos relacionados às características do processo de desenvolvimento brasileiro e à preocupação com os níveis de vulnerabilidade econômica e social apresentados.

Dada a pequena representatividade das populações indígena e amarela no total da população brasileira, quando se utilizam dados amostrais – sendo que a maior parte das informações provém da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua, realizada pelo IBGE –, as análises estão concentradas nas desigualdades entre pessoas de cor ou raça branca e as pretas ou pardas (que, juntas, representam a raça negra). Somados, esses três grupos representavam cerca de 99% da população brasileira em 2018: os brancos eram 43,1%; os pretos, 9,3%; e os pardos, 46,5%. (IBGE, 2019).

Os dados seguintes focam as desigualdades sociais por cor ou raça, a partir de um conjunto de indicadores representativos de temas essenciais à reprodução das condições de vida das populações.

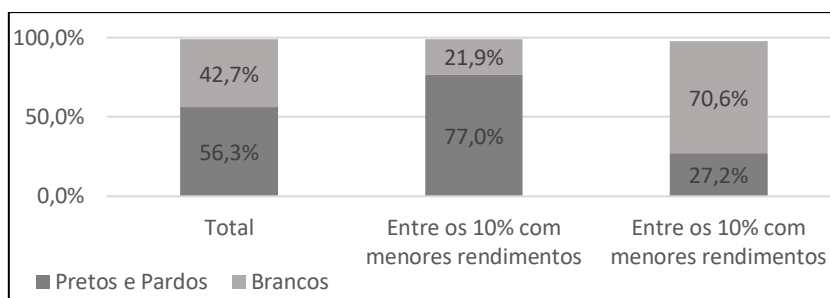
Indicadores obtidos com base na Síntese de Indicadores Sociais do IBGE de 2020 apontam a desigualdade racial no mercado de trabalho, ainda antes da pandemia.

Assim como no total da população brasileira, as pessoas de raça preta ou parda constituem, também, a maior parte da força de trabalho no País. Em 2018, tal contingente correspondeu a 57,7 milhões de pessoas, ou seja, 25,2% a mais do que a população branca, totalizando 46,1 milhões de pessoas. Entretanto, em relação à população desocupada e à população subutilizada, que inclui, além dos desocupados, os subocupados e a força de trabalho potencial, as pessoas pretas ou pardas são substancialmente mais representadas; apesar de constituírem pouco mais da metade da força de trabalho (54,9%), elas representavam cerca de $\frac{2}{3}$ dos desocupados (64,2%) e dos subutilizados (66,1%) na força de trabalho, em 2018. A relativa desvantagem desse grupo populacional se mantém mesmo quando considerado o recorte por nível de instrução. A taxa composta de subutilização da força de trabalho, por exemplo, é maior entre as pessoas de cor ou raça preta ou parda, qualquer que seja o nível considerado, sendo essa

diferença relativamente menor entre aquelas que possuem o ensino superior completo. Padrão semelhante é verificado no que se refere à taxa de desocupação. (IBGE, 2018).

O Gráfico 1 apresenta uma divisão da sociedade brasileira em decis de renda, mostrando que entre os 10% mais pobres, 21,9% são brancos e 77,0% são negros. Já no decil mais rico, a proporção se inverte: 70,6% são brancos e 27,2% são negros.

Gráfico 1. Distribuição percentual da população por cor ou raça, segundo as classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar *per capita* no Brasil, em 2019.



Fonte: SIS IBGE (2020).

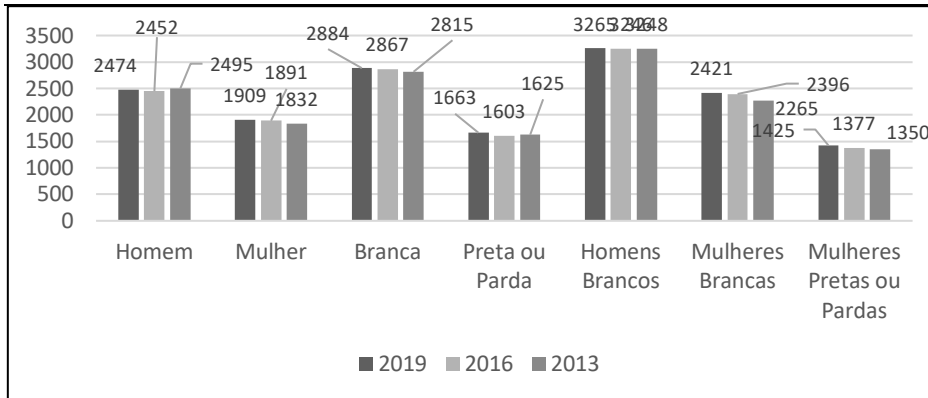
Os dados do IBGE também mostram uma maior presença branca na administração pública e em informações financeiras, dois grupos de atividades conhecidos por melhor remuneração e condições de trabalho.

Os negros (pretos e pardos) se fazem muito mais presentes, segundo dados de 2019, na agropecuária, na construção, no comércio, no transporte, alojamento/alimentação e nos serviços domésticos (onde em torno de 4 milhões de pretos e pardos estão empregados, contra cerca de 2 milhões de brancos).

Os setores onde há maioria negra estão entre os mais impactados pela pandemia do novo coronavírus: comércio e serviços, incluindo o trabalho doméstico remunerado.

O Gráfico 2 compara os rendimentos médios reais do trabalho principal de trabalhadores brasileiros por sexo e cor/raça, registrando a persistência das desigualdades de renda quanto a estes dois itens.

Gráfico 2. Rendimento médio real do trabalho principal habitualmente recebido por mês pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo características selecionadas, nos anos: 2019, 2016, 2013.

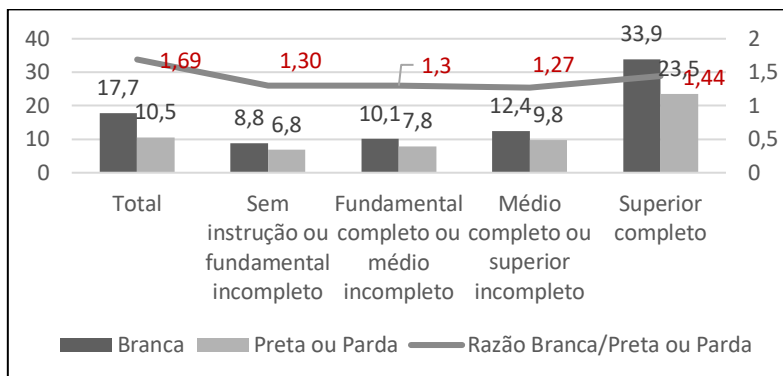


Fonte: SIS IBGE (2020).

O Gráfico 3 mostra que a desigualdade racial persiste conforme aumenta o nível de escolaridade. Isto significa que um trabalhador branco sem instrução/com ensino fundamental incompleto tem rendimento-hora 1,29 vezes maior que o de um trabalhador negro com a mesma escolaridade, porém esse diferencial de raça é ainda maior na comparação de trabalhadores com ensino superior completo: 1,44 vezes.

Esse fato mostra que, apesar de ser extremamente importante ampliar a escolaridade da população negra, o mero aumento de escolaridade não resolve as desigualdades no mercado de trabalho.

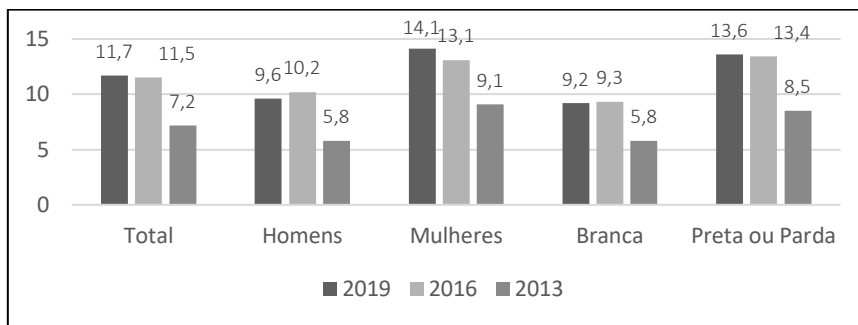
Gráfico 3. Rendimento-hora médio real do trabalho principal das pessoas ocupadas, por cor ou raça, segundo nível de instrução no Brasil em 2019



Fonte: SIS IBGE (2020)

O Gráfico 4 mostra as diferentes taxas de desocupação para os anos de 2019, 2016 e 2013, por sexo e cor/raça. Entre os desocupados – categoria já em situação de vulnerabilidade – há uma maior participação de negros e negras.

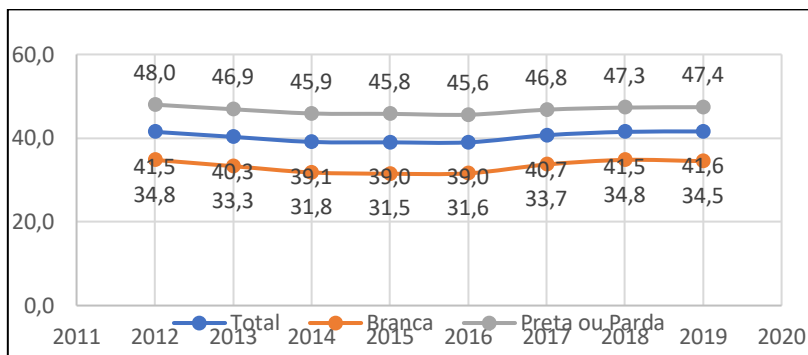
Gráfico 4. Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo, cor ou raça em 2019



Fonte: SIS IBGE (2020)

Dados referentes à informalidade mostram que os negros são também maioria, conforme apresentado no Gráfico 5. Vale lembrar que, a partir do momento em que se iniciou o isolamento social no país, essa categoria foi uma das mais afetadas em termos de renda e de exposição ao vírus. Ao passo que algumas categorias puderam trabalhar em *home office*, esta possibilidade se torna mais remota para os trabalhadores informais.

Gráfico 5. Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência em trabalhos informais por cor ou raça (%) – Brasil, 2004 a 2014



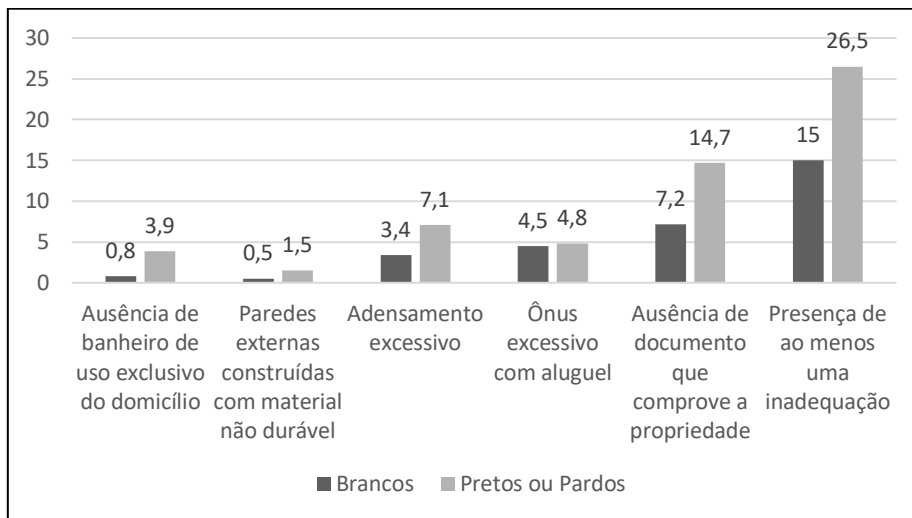
Fonte: SIS IBGE (2020)

Na análise de vulnerabilidades prévias à pandemia, destaca-se a porcentagem expressiva de população preta e parda que reside em domicílios com inadequação domiciliar, conforme apresentado no Gráfico 6.

Nesse sentido, ressalte-se que, ao longo do ano de 2020, vilas e favelas se constituíram em locais de rápida disseminação da Covid-19, devido às precárias condições de habitação, sendo que 72% dos moradores de favelas se autodeclaram

negros. Adicione-se a isso que muitos dos que ali vivem têm inserções precárias no mercado de trabalho, tornando-se ainda mais vulneráveis em momentos de crise. Infraestrutura deficiente, informalidade e baixa renda se conjugam à maior prevalência de comorbidades, tornando a população negra mais vulnerável à pandemia.

Gráfico 6. Proporção da população residindo em domicílios com inadequação domiciliares, por cor e raça, segundo o tipo de inadequação – Brasil, 2019 (%)



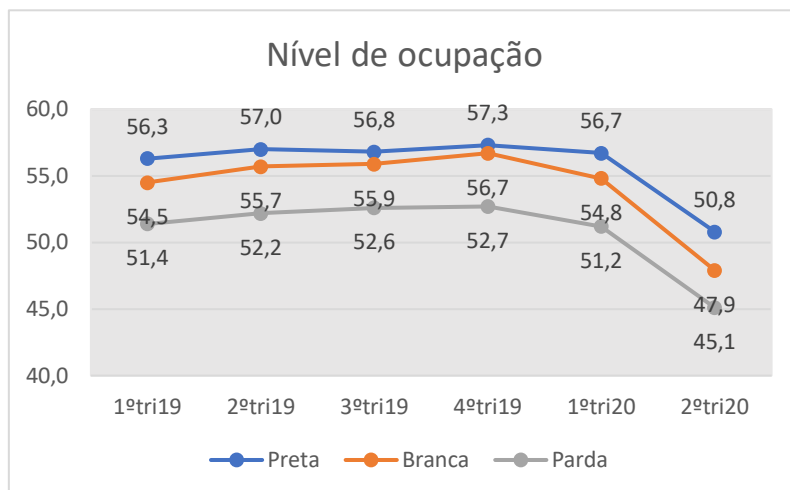
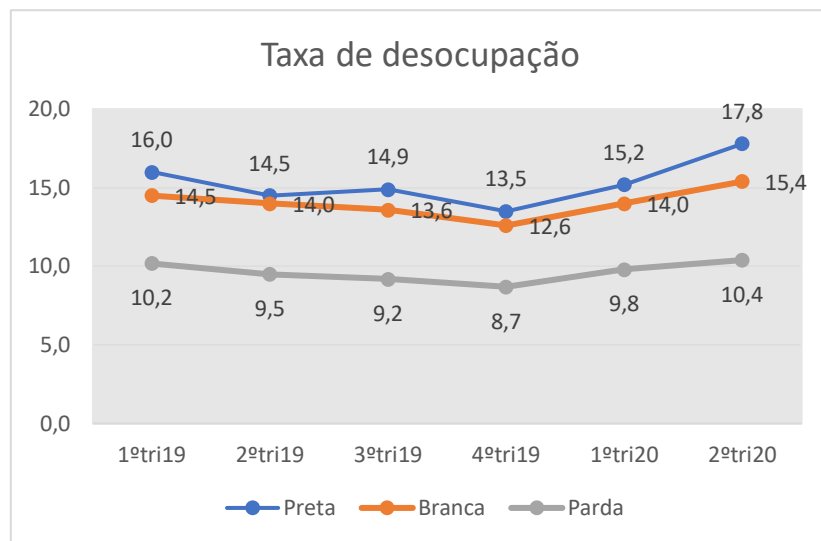
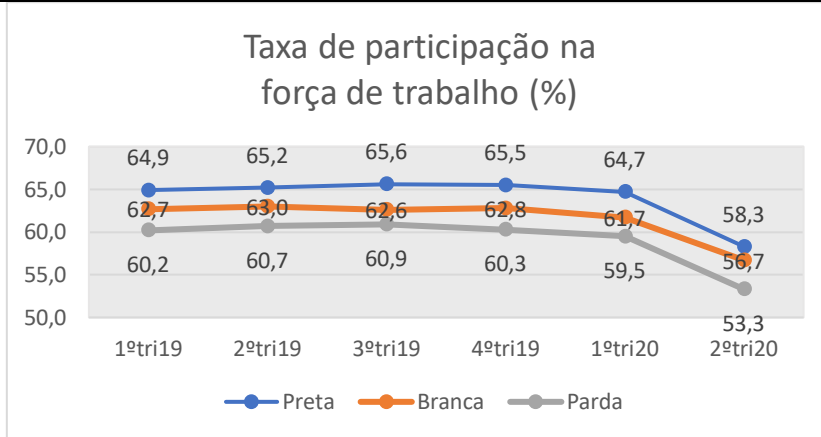
Fonte: SIS IBGE (2020)

Segundo dados oficiais do IBGE e do Ministério da Economia, a desigualdade racial no mercado de trabalho brasileiro se acentuou diante da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus, conforme apresentado no Gráfico 7.

Os principais indicadores mostram que os pretos e pardos, que representam mais da metade da população do país (56,8%), foram os mais prejudicados pelos efeitos da crise no mercado de trabalho, sobretudo os pretos. Os dados indicam que:

- o desemprego aumentou mais entre os pretos;
- a taxa de desemprego entre os pretos foi mais expressiva que entre os demais;
- o nível da ocupação entre os pretos ficou ainda menor que o dos brancos;
- a queda da taxa de ocupação entre os pretos foi mais intensa que entre os demais;
- pretos têm menor proporção entre os trabalhadores com carteira assinada;
- a remuneração dos pretos é menor que a dos demais em todos os segmentos.

Gráfico 7. Mercado de trabalho no Brasil, do 1º trimestre de 2019 ao 2º trimestre de 2020



Fonte: PNAD CONTÍNUA – IBGE (2021).

Segundo a Fundação Getúlio Vargas (2020), o maior aumento do desemprego e a maior queda da ocupação de pretos e pardos durante a pandemia podem ser explicados pelos efeitos do isolamento social sobre os setores de comércio e serviços – os chamados setores heterogêneos – que foram os mais impactados (especialmente o de serviços) –, e

que tendem a ser mais intensivos para a força de trabalho de pretos e pardos que outros setores como a indústria, por exemplo, onde predomina a mão de obra branca. Dimensões como nível de escolaridade e informalidade no mercado de trabalho também podem explicar a ocorrência de efeitos mais adversos para pretos e pardos, no que se refere ao desemprego e à ocupação, já que esses grupos constituem a maioria dos trabalhadores informais no Brasil.

Um estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2020), no mês de novembro, aponta o aumento das desigualdades entre negros e brancos no mercado de trabalho do Brasil durante a pandemia. A pesquisa revela que homens e mulheres negras foram mais impactados pelos danos do isolamento social e da redução da atividade econômica, em comparação com a população branca.

Os dados foram obtidos por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e demonstram que a maioria das pessoas que saíram do mercado de trabalho são negras. Entre o 1º e o 2º trimestre de 2020, cerca de 6,4 milhões de homens e mulheres negras perderam seus empregos ou deixaram de procurar trabalho devido à falta de perspectiva, ao passo que as pessoas brancas, na mesma condição, somam cerca de 2,4 milhões.

Se a comparação for feita entre o 4º trimestre de 2019 e o 2º trimestre de 2020, a desigualdade é ainda maior: o número de negros desempregados ou que deixaram de procurar trabalho subiu para 7,4 milhões, ao passo que o número de brancos na mesma situação chegou a 2,7 milhões.

Cerca de oito milhões de pessoas no Brasil perderam seus empregos, entre o 1º e o 2º trimestre de 2020. Destes, mais de 70% são negros, totalizando 6,3 milhões de pessoas. O estudo indicou ainda que, entre o 4º trimestre de 2019 e o 2º de 2020, 8,1 milhões de negros e negras estavam em situação vulnerável, no país.

Pelo exposto, pode-se inferir que a pandemia da Covid-19 intensificou a crise econômica e foi determinante para os recordes negativos, mostrando uma expressiva retração nos índices de emprego e trabalho, com agravamento da situação para negros e pardos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia do novo coronavírus representa um grave desafio para países que apresentam profundas desigualdades sociais. No Brasil, as desigualdades identificadas por raça, cor e etnia, são características de um processo de racismo estrutural, fundamentado, historicamente, no sistema escravocrata.

Nesse contexto, a população negra é visivelmente mais afetada, por sua presença majoritária no mercado de trabalho informal, que restringe o acesso a direitos trabalhistas básicos, como a remuneração pelo salário mínimo e a aposentadoria, além de auferir menor rendimento médio domiciliar *per capita*.

O racismo estrutural gera práticas e preconceitos que estão na base das desigualdades entre grupos sociais, divididos por raça ou etnia, como fundamento de desigualdades intoleráveis.

A crise sanitária sem precedentes, provocada pela pandemia do novo coronavírus, tem sido um desafio para países que apresentam profundas desigualdades sociais, como é o caso do Brasil. Há evidências que a população negra irá sofrer mais severamente os impactos da pandemia e suas diversas implicações negativas, do que a população branca. Os aspectos históricos e sua relação com as condições de vulnerabilidade da população negra denunciam o racismo estrutural presente na sociedade brasileira e suas devastadoras consequências no contexto da Covid-19.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2020.

DIEESE (2020). **Brasil de fato**. Disponível em:
<<https://www.brasildefato.com.br/2020/11/20/pandemia-aprofundou-o-racismo-no-mercado-de-trabalho-aponta-estudo-do-dieese>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

FGV (2020). Pandemia aumenta desigualdade racial no mercado de trabalho brasileiro, apontam dados oficiais. **Fundação Getúlio Vargas**. Disponível em:
<<https://www.cps.fgv.br/cps/bd/clippings/xc2034.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.